

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

91F = 8,3

DAI

**A RESISTÊNCIA INDÍGENA NO RIO GRANDE  
1688 - 1720**



Natal - RN  
2001.2

Marysa Silva dos Santos



**A RESISTÊNCIA INDÍGENA NO RIO GRANDE  
1688 - 1720**

Monografia apresentada à disciplina de Pesquisa Histórica II, ministrada pela prof<sup>a</sup> Denise Mattos Monteiro, do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da prof<sup>a</sup> Maria Emília Porto.

Natal - RN  
2001

## SUMÁRIO

Introdução, 03

Antecedentes históricos, 06

Contradições internas da sociedade colonial e a Guerra dos Bárbaros, 12

A resistência indígena no Nordeste e no Rio Grande, 19

Conclusão, 30

Referências Bibliográficas, 33

Anexo, 36

## INTRODUÇÃO

A chamada "Guerra dos Bárbaros" foi o maior levante indígena ocorrido no Nordeste Colonial. A ocupação e expansão do domínio português ao interior do Rio Grande do Norte fez com que houvesse uma reação por parte dos indígenas, os quais viam suas terras serem ocupadas para a criação de gado. Esta resistência indígena ocorreu nos atuais Estados do Maranhão, Pernambuco, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, sendo este último Estado o principal foco de resistência no Nordeste.

Escolhemos estudar a Guerra dos Bárbaros por sua importância histórica na História Social do Rio Grande do Norte e porque difere das demais resistências indígenas pela pouca importância que a história lhe reservou por um longo tempo. Ainda percebemos um espaço de silêncio na historiografia brasileira sobre este evento.

Através do estudo realizado sobre as fontes bibliográficas vimos que a questão da resistência indígena foi tratada pela bibliografia nacional de forma superficial ou então ela não é abordada com a devida importância. O livro de Afonso de Taunay, "A Guerra dos Bárbaros", retrata de forma descritiva a guerra e seu desenrolar e apenas traduz os acontecimentos, sem análise pessoal.

Nos últimos tempos o tema tem sido tratado de forma renovada por alguns historiadores. O livro de Maria Idalina da Cruz Pires, *Guerra dos Bárbaros: Resistência Indígena e conflitos no Nordeste colonial* trata dos antecedentes da guerra, ou seja, o desenvolvimento da pecuária e o povoamento do interior, o conflito como consequência disso e as disputas entre os próprios agentes colonizadores pela posse da terra. A tese de doutorado de Pedro Puntoni, especialmente a parte: "A Guerra dos Bárbaros, povos indígenas, e a colonização do Nordeste do Brasil", segue, mais ou menos, o mesmo direcionamento analítico da Maria Idalina, diferenciando-se, entretanto, principalmente em ter a preocupação de mapear as principais tribos indígenas que habitavam o Nordeste colonial entre os séculos XVI e XVIII. No livro de Denise Mattos Monteiro, "Introdução à história do Rio Grande do Norte", no capítulo: "Resistência indígena no sertão", podemos verificar uma visão mais atualizada sobre o conflito, principalmente a respeito da Resistência Indígena no sertão do Rio Grande do Norte.

Salientamos que estes autores estão vinculados dentro da concepção metodológica da Nova História, que a partir da década de 1960 começou a estudar

elementos que eram considerados irrelevantes para a historiografia do século XIX como: indígenas, mulheres, negros, etc. Já Taunay é de uma geração de historiadores do século XIX, totalmente preconceituosos, daí porque sua narrativa é descritiva e não analítica do conflito.

Como referencial teórico utilizamos o livro de Maria Idalina, "Guerra dos Bárbaros, Resistência Indígena e conflitos no Nordeste colonial", o qual foi fruto de sua tese de mestrado. A obra é crítica em relação à chamada Guerra dos Bárbaros, e aborda em três capítulos, de forma completa todos os meandros do conflito armado e a Resistência indígena à penetração do colonizador no Nordeste e no Rio Grande (do Norte) colonial, e o capítulo terceiro, que aborda analiticamente o conflito dentro do conflito, ou seja, a disputa entre os próprios agentes colonizadores pela posse da terra e a utilização do indígena como mão-de-obra. Além desta obra, a monografia de Francisco Fagundes Paiva Neto, intitulada: "Guerra Indígena do Açu: do Avanço da Frente Pastoril ao repovoamento do Sertão do Rio Grande do Norte, publicada no Caderno de História, jul/ dez de 1994, também fará parte deste referencial.

Salientamos que a escassez de bibliografia neste estudo monográfico deve-se ao fato do tema em questão ser pouco estudado e pesquisado pela historiografia tanto regional quanto nacional, principalmente porque foi durante muitos anos na historiografia um tema dito "irrelevante", por se tratar de povos indígenas e sua resistência à cultura branca. Para tratar este tema a partir de uma questão, resolvemos nos dedicar ao estudo das Resistências, inclusive as que existiam dentro do próprio conflito. Nosso objetivo é então estudar a resistência a esta ocupação.

Por resistência, entende-se uma oposição ativa, com uma luta materialmente pobre e difícil. Se retiramos o aspecto materialmente pobre da definição, vemos que esta resistência, de custos humanos altíssimos, não só era do elemento indígena, mas também da metrópole e dos colonos, que resistiam ao índio e a sua cultura para apoderar-se das terras e dos missionários à filosofia de vida dos indígenas. Havia ainda uma disputa interna entre os próprios elementos colonizadores: paulistas, missionários, sesmeiros e colonos.

O resultado final da presença do europeu colonizador foi a difusão de sua cultura material, as epidemias de gripe, sarampo, etc, que dizimaram milhões de indígenas, a sua forma de vida, seus hábitos anti-higiênicos de não tomar banho, por exemplo, e a espiritualidade, ou seja, a imposição de sua religião católica, seus cultos e tradições.

Podemos dizer que as principais conseqüências, principalmente para o indígena, foram, em linhas gerais a sua escravização, ou seja, o aprisionamento dos mesmos com o propósito de servidão ao colonizador e conseqüentemente a aculturação, a perda de sua identidade e imposição da cultura branca. Por último e mais dramática, o aniquilamento de "nações" índias que habitavam as terras potiguares, uma vez que tiveram que se integrar em primeiro plano ao projeto da monarquia portuguesa, e depois, já mestiços, ao projeto da nação brasileira.

O período temporal em estudo vai do final da segunda metade do século XVII, quando começam os primeiros relatos de levantes indígenas no Nordeste e mais precisamente em Rodelas, Pernambuco e no sertão do Rio Grande, ou seja, na região da ribeira do Açu até a segunda década do século seguinte em 1720 mais precisamente, durante o governo do capitão-mor Luís Ferreira Freire, no qual houve o último levante geral dos índios contra Natal.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado de Antecedentes Históricos veremos que antecedentes políticos, sociais e econômicos propiciaram o conflito. No segundo capítulo, intitulado: Contradições internas na sociedade colonial, onde veremos uma verdadeira disputa entre os agentes colonizadores: missionários, paulistas, colonos e sesmeiros pela posse da terra e da mão-de-obra indígena e no terceiro capítulo, intitulado de A Resistência Indígena; veremos como se deu a resistência tanto no Nordeste quanto no Rio Grande colonial, a chamada "Guerra dos Bárbaros".

## I. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A ocupação da América colocou o governo português diante de um novo desafio: tornar rentável um território ocupado por uma população que não produzia qualquer tipo de excedente que pudesse ser comercializado. Na África e no Oriente, os portugueses encontraram povos com economias complexas e variadas, com comércio intenso e diversificado. Na América, a população era nômade vivia da caça e da pesca, não praticava o comércio nem utilizava dinheiro, produzia apenas o necessário para o próprio sustento.

Diante dessas características, a colonização da América não esteve nos planos da burguesia mercantil portuguesa nos primeiros trinta anos, após a viagem de Cabral. No entanto, havia grande interesse em garantir o domínio sobre aquelas terras. Em 1530, uma grande expedição comandada por Martim Afonso de Souza chegou ao Brasil e trouxe os primeiros colonos, com a infra-estrutura para montar a empresa agro-industrial da cana-de-açúcar. A ocupação das terras americanas só se tornou possível na medida em que a cana-de-açúcar mostrou-se adaptável ao clima e ao solo da região tropical, mas sobretudo quando se percebeu que o açúcar era um produto rentável, de grande aceitação no mercado europeu e capaz de gerar bons lucros<sup>1</sup>.

A experiência de Portugal como produtor de açúcar nas ilhas do Atlântico (Madeira e Cabo Verde), contribuiu para a escolha do produto, assim também como de uma forma de produção. Por sorte, as condições naturais da colônia americana e das referidas ilhas eram semelhantes. Ao lado disso, o açúcar era uma das especiarias mais bem pagas e apreciadas no mercado europeu e por essas características podia atrair o capital necessário para a implantação do empreendimento colonial, principalmente o holandês.

Na medida em que os agentes do estado português conceberam a ocupação das terras do Brasil sob um projeto de empresa mercantil, através dessa montagem da agroindústria do açúcar, as querelas entre colonos e indígenas se tornaram freqüentes no processo em curso. Esta ocupação e conseqüente povoamento de uma organização da produção tendo por base uma agricultura de exportação, trouxe como conseqüência a

---

<sup>1</sup> FURTADO, Celso. *A formação econômica do Brasil*.

escravidão; aculturação em aldeamentos; reservas, missões, expulsão dos territórios e extermínio das nações índias<sup>2</sup>.

A empresa do açúcar prosperou no Nordeste, sendo o comércio deste produto na Europa, feito por portugueses e holandeses. Com a União Ibérica isto foi alterado o Brasil passou a ser agora uma colônia da Espanha, e teve de sujeitar-se a proibição do rei de comerciar com os holandeses, isso porque os flamengos travaram uma guerra de independência com a Espanha. A partir daí, os holandeses reagiram ao embargo espanhol e criaram a Companhia das Índias Ocidentais, em 1621 e assim organizaram a invasão do Nordeste do Brasil, em 1624<sup>3</sup>.

Após sessenta anos de dominação política, Portugal se libertou da Espanha no ano de 1640. E agora restou aos portugueses organizar as tropas para expulsar os holandeses do Nordeste, algo que foi feito no ano de 1654 pelos soldados luso-brasileiros. Uma vez expulsos, criaram a sua própria produção de açúcar nas Antilhas, com uma técnica aperfeiçoada essa produção trouxe crise e decadência para a economia açucareira da América portuguesa. Enquanto isso, na colônia portuguesa, a estagnação da economia do açúcar possibilitou um novo produto embora de valor comercial inferior ao açúcar, a pecuária foi uma alternativa para novos lucros na região<sup>4</sup>.

Vale salientar que a pecuária está no grupo dos produtos de subsistência, que se destinava a satisfazer as necessidades alimentícias da população, a carne, principalmente, de vaca será um dos gêneros fundamentais do consumo na colônia mas a pecuária, mesmo sendo um produto por assim dizer, de segundo plano vai ser responsável pela colonização e ocupação de novos territórios<sup>5</sup>.

O desenvolvimento da pecuária assume proporções excepcionais, o crescimento das fazendas de gado fizeram com que houvesse uma ocupação rala e cheia de vácuos por grandes áreas. Seus centros de irradiação são a Bahia e Pernambuco, ela se espalha pelo rio São Francisco e vem alcançar os atuais estados da Paraíba e Rio Grande do Norte.

As poucas notícias dos primeiros anos da capitania do Rio Grande, informam da lentidão de como se desenvolveu o processo de ocupação e desenvolvimento. No início

---

<sup>2</sup> STUART FILHO, Carlos. *A resistência dos índigenas à conquista e o povoamento das terras, a guerras dos bárbaros*.

<sup>3</sup> PAIVA NETO, Francisco Fagundes de. *Guerra indígena do Açú: do avanço da frente pastoril ao repovoamento do Rio Grande do Norte (1687-1720)*. p.29.

<sup>4</sup> FURTADO, Celso. Op. cit.

do século XVII, estava instituído o assentamento da administração e definidos os novos distritos mal os núcleos tinham se organizado. Chegaram os holandeses prejudicando a sua atuação, paralisaram completamente o desenvolvimento da capitania, a qual prosseguiu com muita luta e sacrifício. O século XVII foi caracterizado por uma série de acontecimentos que modificaram o ritmo normal da colonização portuguesa, iniciados a partir da União das Coroas Ibéricas (1580-1640). A perda da independência política de Portugal significou também a invasão da colônia na América pela Holanda, inimiga tradicional da Espanha.

Vale salientar que enquanto as relações da Holanda com a Espanha eram de conflitos, desde a independência política da primeira em relação a Espanha, a Holanda conseguiu manter um pacto de aliança comercial com Portugal, sabendo da importância do comércio açucareiro, o qual era um dos produtos principais da colônia brasileira e o interesse crescente dos holandeses principalmente na distribuição e no refino do açúcar brasileiro, nos países europeus.

Quanto ao Rio Grande do Norte colonial, os seus primeiros trinta anos caracterizaram-se pelo retardamento do seu processo de desenvolvimento, onde tanto o povoamento quanto o cultivo da terra aconteciam vagarosamente de acordo com as especificidades e condições locais. Isso se deve a lentidão com que se estabeleceu a concentração de colonos brancos para incrementar uma terra fraca de roçados e canaviais com escassez de chuvas, mais adaptada para a criação de gado, com abundância de peixes e cações e farta produção de farinha, milho e frutas silvestres. Mesmo assim, para lá afluíam famílias de colonos, os quais, montavam nas imediações engenhos e fazendas de criação. A grande maioria das famílias eram indígenas, pois o número de colonos era reduzido, e nessa fase não ultrapassava mais do que oitenta pessoas<sup>6</sup>.

Para que houvesse mais gente na capitania do Rio Grande o governo colonial incentivou a colonização doando sesmarias, ou seja, lotes de terra que eram doadas a fidalgos ligados ao governo ou pessoas muito ricas que quisessem fazer vida nova no Brasil. Entretanto, inicialmente a doação de sesmarias foi feita sem critério e algumas vezes de forma exagerada; por essa razão, mais tarde o governo central reduziu-as à metade<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. p.42

<sup>6</sup> LIRA, Tavares de. *História do rio Grande do Norte*.

<sup>7</sup> ROCHA POMBO. *História do Rio Grande do Norte*.

Nesse período, a colonização caminhava em relativa paz com os indígenas, o sertão fora desbravado em parte, e a conquista da terra prosseguia em amplas direções. Os centros mais populosos nesse período eram Natal, com aproximadamente trinta casas, e Ferreiro Torto, além de Cunhaú<sup>8</sup>. O restante da população se espalhava pelas fazendas e roças. Os colonos cuidavam mais de suas proteções quanto aos prováveis ataques indígenas que propriamente do trabalho.

As primeiras atividades econômicas da capitania são caracteristicamente de subsistência, fundamenta-se na pesca, agricultura e na pecuária, já que a cana-de-açúcar era pouco expressiva, visto que existia apenas o vale do Cunhaú com condições para essa cultura. Além disso, ainda se fazia a exploração do pau-brasil, a qual era uma atividade transitória que não tinha o objetivo de estabelecer nenhuma ocupação na região. Entretanto, a pecuária desempenhou um papel relevante na colônia, sendo a única atividade econômica que tinha como orientação o mercado interno e como consequência disso, os lucros da mesma permaneciam na colônia. Por isso mesmo não foi incentivada pela metrópole.

Devido as disputas entre Espanha e Holanda no século XVII, os holandeses invadiram o Brasil e conseqüentemente o Nordeste, que nesta época era o maior produtor de açúcar do Brasil. No Rio Grande, o holandês nada fez de benefícios à capitania, apenas usufruiu das potencialidades da mesma. É quase impossível se fazer uma imagem positiva dos holandeses que estiveram aqui, quer sob o aspecto econômico quer sob o aspecto político-administrativo. Percebemos que o holandês apenas conservou a infra-estrutura de produção encontrada, e mais nada de importante fez a não ser continuar as atividades já antes existentes para produzir cana e criar gado, principalmente durante os vinte e um anos de ocupação da capitania norte-riograndense.

A política de expansão territorial portuguesa se efetivou logo após a expulsão dos holandeses do Nordeste, pois, vencidos os mesmos, foi retomado o projeto de colonização portuguesa na América. Ao estabelecer as fazendas de gado, ou seja, ao se implantar o projeto colonizador de conquista e fixação do homem branco à terra, o que se pretendia por parte dos colonizadores era adquirir a terra, dela se apossando para a implantação das fazendas de gado. O que cabe ressaltar aqui é que os primeiros ocupadores do sertão nordestino não eram os donos das sesmarias, mas seus escravos, o grande sesmeiro quase nunca vinha às fazendas, nem morava nela; quem nelas moravam eram os

---

<sup>8</sup> LIRA, Tavares . *op. cit.*

escravos, os quais, assim como os vaqueiros, se responsabilizavam pelas suas propriedades. A maioria de suas terras era arrendada aos moradores, que pagavam anualmente aos “fazendeiros” para ali colocarem seu gado<sup>9</sup>. Um dos fatores que projetaram a colonização foi a pecuária, principalmente pela estagnação da economia do açúcar. A pecuária surgiu, principalmente como alternativa de novos lucros nessa região<sup>10</sup>.

A criação de gado bovino teve seu início em terras brasileiras na capitania de São Vicente. A partir da solicitação da Dona Ana Pimentel, esposa de Martim Afonso, à coroa portuguesa em 1534, de São Vicente a pecuária foi se estendendo às áreas vizinhas e chegou a capitania de Pernambuco em 1537, como fonte suplementar de alimentação para a população dos engenhos próximos do litoral do Nordeste. Além disso, o gado era utilizado como força motriz nos engenhos e transporte do escoamento da produção de açúcar.

Alguns fatores foram preponderantes para a crescente expansão da atividade criatória entre eles: o consumo crescente do litoral, onde anteriormente se desenvolveu a atividade açucareira, mas principalmente pela facilidade de se estabelecer uma fazenda<sup>11</sup>. Grande parte da área litorânea do Nordeste do Brasil já havia sido ocupada pelos canaviais, desde a dominação dos índios de língua tupi. A pecuária foi logo no princípio associada a cultura da cana, no litoral, porém a sua característica de reprodução extensiva exigia grandes extensões de terras, tornando-se assim incompatível com a cultura canavieira.

Por isso, a expansão dos rebanhos fez com que o gado danificasse plantações de cana-de-açúcar no litoral. Isso foi tão relevante que foi baixada uma lei proibindo a manutenção dos rebanhos na faixa litorânea e fez com que os currais de gado se deslocassem para áreas interiores, junto aos engenhos; estas áreas foram depois separadas por uma légua e depois por meia légua. Esta interiorização dos currais visava também a proteção dos engenhos contra os ataques dos indígenas vindos do interior para o litoral<sup>12</sup>.

O couro retirado do gado tinha a função de acessório para a utilização no dia-a-dia e principalmente tornou-se um objeto de exportação. Entretanto, não haveria a indústria do couro e a criação do gado sem a entrada para o interior da capitania, e dentro dessa expansão para o interior e a conquista dos sertões, o índio se tornou um obstáculo para a criação das fazendas de gado e dos currais. Devido a isso, ocorreram os principais conflitos

<sup>9</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. p. 57.

<sup>10</sup> FURTADO, Celso. *Op. cit.*

<sup>11</sup> PRADO JR, Caio. *Op. cit.* p. 45.

<sup>12</sup> FURTADO, Milton Braga. *Síntese da economia brasileira*. p. 28.

no Sertão do Nordeste, entre colonizadores e indígenas tupis-guaranis e tupinambás nas regiões de Rodelas, em Pernambuco, e do Açu, no Rio Grande, no ano de 1687<sup>13</sup>.



---

<sup>13</sup> PIRES, Maria Idalina da Cruz. *Guerra dos bárbaros: Resistência indígena e conflitos no nordeste colonial*.

## II - CONTRADIÇÕES INTERNAS DA SOCIEDADE COLONIAL E A GUERRA DOS BÁRBAROS

Como vimos anteriormente, diversos elementos da sociedade colonial participaram, de uma forma direta ou indireta, da chamada "Guerra dos Bárbaros", e foram esses elementos, os missionários, os paulistas, foreiros, rendeiros, vaqueiros e colonos, que contribuíram, cada um ao seu modo, para a ocupação da terra e dilatação da civilização européia e a fé cristã entre os gentios tapuia que habitavam a região. Estes elementos preocupados em conter a resistência indígena uniram-se para finalizar com as revoltas dos "bárbaros", pois eles representavam a maior barreira à ocupação do território e a expansão da pecuária.

Com o prolongamento da guerra, porém, esta unidade entre os colonizadores mostrou-se cada vez mais frágil por causa das divergências entre os mesmos, principalmente no tocante a ocupação da terra e a subordinação dos indígenas ao processo da lógica econômica colonial.

Por isso, simultaneamente à "Guerra dos Bárbaros", surgiram na sociedade colonial contradições internas, fruto da disputa em torno de dois elementos: a posse da terra e a utilização da mão-de-obra indígena. Essas contradições se evidenciaram através de diversas formas de atuação, que os agentes da colonização que participavam do conflito armado tiveram. Estes, movidos por interesses diversos, entraram em conflito, que se revelou como uma luta interna de cunho pessoal, econômico, social, político e ideológico. Nesse ponto de vista, a "Guerra dos Bárbaros" é entendida como um cenário onde se tornam explícitas as relações conflituosas de poder, a chamada "Guerra Branca", onde os grupos se confrontaram tentando implantar cada um o seu projeto em detrimento dos outros.

Vamos tentar dar o contorno desses conflitos delimitando as suas causas principais e a importância que teve cada um dos agentes colonizadores que atuaram na Guerra dos Bárbaros. Vamos procurar também, avaliar como o Estado Português procurou manter um equilíbrio diante dos grupos sociais que estavam envolvidos com o objetivo de garantir o sucesso da ocupação do sertão.

Já no início do conflito, ou seja, aproximadamente nos anos sessenta do século XVII, vemos os primeiros atritos. Os mesmos exprimiam além de rivalidades pessoais,

econômicas e políticas, o conflito de concepções diferentes a respeito do papel dos indígenas na sociedade colonial em desenvolvimento.

Esta questão é muito relevante no que tange a polarização entre colonos e religiosos, pois continha a divergência de estratégias com relação a forma de subordinação do indígena a economia colonial. Para os primeiros, a melhor maneira de impor ao indígena o regime colonial seria através do cativo. Entretanto, os últimos estavam crenes que seria a partir do processo de aculturação e da catequese que se criaria um campesinato indígena capaz de se transformar em escravos.

No início das primeiras hostilidades entre indígenas e colonos em Pernambuco, ocorreram vários atritos entre os padres que realizavam a sua ação missionária e os colonos que tinham a posse da terra. Essas desavenças surgiram pelo fato destes últimos estarem explorando a mão-de-obra desses indígenas, praticando vários abusos e excessos contra os mesmos, além de cobiçarem também as terras das missões. Um exemplo desses conflitos se deu entre Francisco Dias D'ávila, da casa da Torre, e o padre capuchinho francês Martinho de Nantes. Este incidente denuncia não apenas as divergências de ação entre os sesmeiros e missionários, mas também o tratamento violento aos indígenas. Provavelmente tudo isso contribuiu para que a guerra se prolongasse, visto que, por uma parte, estas disputas internas entre colonizadores fragilizaram o combate aos indígenas e por outro, essas ações violentas cometidas contra os indígenas, acirravam a guerra.

Apesar de se verificar já em várias oportunidades a defesa por parte dos missionários da liberdade dos índios, o que realmente lhes interessava era transforma-los em trabalhadores disciplinados que seriam úteis à economia colonial. Segundo Berta Ribeiro, os franciscanos e capuchinhos eram acusados de utilizar mão-de-obra indígena para tocar manadas para as Minas Gerais<sup>14</sup>.

Entretanto, para o índio não haveria diferença entre as atitudes dos colonos e missionários, pois ambos estariam preocupados com os mesmos apenas como mão-de-obra e isto é agravado ainda mais pela imagem preconceituosa criada em torno do índio, o qual se viu sempre relegado a uma condição de inferioridade. O índio estava na realidade subjugado por aqueles que se achavam superiores a ele e essa condição os faz se acharem no direito de interferir nos negócios dos índios.

De todas as violências que sofreram os tapuias, as que mais lhes causaram pavor foram os atos cometidos pelos paulistas, os quais agiram com extrema violência e

perversidade, matavam os indígenas por qualquer coisa. Estes paulistas tinham o hábito de atrair os índios para um churrasco, depois disso os cercavam e matavam, decepando-lhes as cabeças<sup>15</sup>. Mesmo com estas ações desprezíveis os colonizadores e o governo os haviam contratado para fazer uma guerra aos bárbaros, pois acreditavam que eles seriam os únicos capazes de enfrentar as condições difíceis do sertão e daquele tipo de guerra.

A metrópole assegurou muitos benefícios àqueles que participassem do conflito; permitiu também que se cativasse os indígenas apenas em Guerra Justa, além de ceder as terras conquistadas, o que possibilitou a ocupação do sertão.

A Coroa portuguesa sentia dificuldade em instalar essa política devido ao fato dos paulistas infringirem as leis proibitivas como roubar os índios já catequizados e postos em missões, mas foi isso que fez por diversas vezes Domingos Jorge Velho<sup>16</sup>. O ataque dos paulistas às aldeias eram freqüentes, devido principalmente aos índios catequizados estarem mais acostumados a trabalhar na lavoura e poderem ser vendidos como escravos. Isto provocou descontentamento de vários setores da sociedade, inclusive dos missionários que pressionaram muito a metrópole a se colocar contra essas práticas.

Apesar da metrópole muitas vezes se colocar contra as violências cometidas contra os índios, possivelmente não se tem conhecimento de que a mesma cumprisse essas punições, pois geralmente a repressão ficava sempre no papel. Temos aí uma das características mais típicas da política daquela época: a impunidade, que era benvinda em se tratando de um conflito tão devastador. Essa prática pode ser compreendida como uma prática fundamental ao bom andamento da guerra, pois apesar de estarem cientes dos atos desregrados praticados pelos paulistas as autoridades não podiam dispensar os serviços prestados por esses elementos para o combate aos tapuias rebelados. Não lhes interessava qualquer problema ocasional, principalmente se referindo aos indígenas emboscados pelos paulistas. A prova disso é que mesmo sabendo dos atos de selvageria praticados por Domingos Jorge Velho, a coroa lhe doou lotes de sesmarias tornando-se ele o maior sesmeiro daquela época.

O conflito entre religiosos e colonos como já foi explicado, reflete simplesmente divergências de duas formas diferentes de colonização. Entretanto, apesar das desavenças entre estes elementos, não houve oposição entre Igreja e Estado, pois os dois eram partes importantes e integradas de um mesmo movimento no processo de

---

<sup>14</sup> RIBEIRO, Berta Gleizer. *O índio na história do Brasil*. p.67.

<sup>15</sup> PIRES, Maria Idalina da Cruz. *Op. cit.*

submissão dos indígenas. Portanto, não houve nenhuma incompatibilidade entre missão e colonização, mas somente uma divergência nas atitudes de busca de um mesmo objetivo.

Mesmo tendo havido constantes desentendimentos entre estes colonos e os religiosos com relação ao tratamento dado ao índio, tanto a Igreja quanto o Estado caminharam juntos em todo o processo da conquista colonial. A instituição do padroado<sup>17</sup> representava o melhor exemplo da aliança que se confirmou entre o Papa e o rei em torno dos domínios das áreas coloniais, o marco que era colocado nos territórios conquistados com a cruz e armas reais simbolizava a união entre o poder espiritual e secular.

Com o objetivo de propagar a fé cristã, o Estado e a Igreja traçaram uma política colonial que juntasse a missão e a colonização, mas para que essa política obtivesse êxito era necessário considerar os interesses tanto dos colonos quanto dos missionários. Os colonos necessitavam de mão-de-obra para as lavouras, e como não tinham dinheiro para comprar o escravo negro utilizavam o trabalho dos índios. Os missionários, por outro lado, se queixavam da forma brutal em que era feita a colonização.

Como forma de mediar esses interesses eles se aproveitaram da Guerra Justa<sup>18</sup> afim de tornar possível o empreendimento da empresa colonial. Procurou-se assim solucionar os problemas dos colonos, permitindo o cativo dos índios "bárbaros". Dessa forma buscou-se satisfazer aos interesses dos religiosos tornando assim, possível a catequese e a colonização.

Para a Igreja o que importava era distinguir entre índio "manso" e "bárbaro", pois o mesmo sendo batizado não poderia ser escravizado e o mais importante para os religiosos era persuadi-los pelas orações repetidas do evangelho. Entretanto, aqueles que não aceitassem a fé e a catequese, eram merecedores da Guerra, já que ela se tornaria um instrumento de salvação<sup>19</sup>.

A Coroa portuguesa estava preocupada em diminuir a resistência indígena e os conflitos entre os colonos e religiosos, que disputavam a mão-de-obra do indígena. A Coroa tentou elaborar e aplicar uma legislação que simultaneamente respeitasse os direitos

---

<sup>16</sup> MEDEIROS, Olavo de. *Aconteceu na capitania do Rio Grande*.

<sup>17</sup> Direito concedido pela Santa Sé aos reis de Portugal de administrar os assuntos religiosos nas colônias portuguesas.

<sup>18</sup> Guerra justa - declaração de guerra a partir da decisão feita em junta que determinava pela justiça da guerra que se pretendesse efetuar contra determinado povo indígena. Os principais critérios para isso eram: 1) que os índios punham empecilho à propagação da fé católica; 2) que atacavam povoados ou fazendas portuguesas; 3) que eram antropófagos; 4) que eram aliados de inimigos e portugueses. GOMES, Márcio Pereira. *Os índios e o Brasil: ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência*. Petrópolis: Vozes, 1988.

dos Silvícolas e ao mesmo tempo atendesse aos anseios dos outros grupos sociais envolvidos, verificando-se assim uma alternância constante: ora se dava uma total liberdade ao indígena, ora se permitia o seu cativo. Nesta ambigüidade verificamos interesses de grupos sociais, pois a administração das aldeias e o direito de governar e ter jurisdição estavam em certos momentos nas mãos de missionários e em outros nas mãos de capitães-mores, ou até mesmo dos paulistas. Sendo a maioria das leis modificadas ou até mesmo anuladas, dependendo dos interesses desses grupos.

Os confrontos entre índios, colonos e missionários vão criar mais leis e regras do Direito internacional, que iam anexando-se à legislação indigenista daquela época e de acordo com a posição das monarquias<sup>20</sup>. Nesse período da Guerra dos Bárbaros estas leis que permitiam o escravizar o indígena vão ser aplicadas com mais freqüência, principalmente nos momentos em que a resistência está fortalecida. Como consequência disso, a metrópole não interferirá nas ações de atrocidade dos grupos que disputavam sua mão-de-obra. Entretanto, quando aconteceu do conflito dar sinais de que estava chegando ao fim e estando a resistência indígena mais enfraquecida, a mesma metrópole começou a punir mais rigidamente os colonos que praticaram algum dano aos índios, procurando deste modo evitar um genocídio e assegurar a mão-de-obra pois a terra e sua conquista já estava assegurada.

O problema em questão não era apenas a utilização da mão-de-obra indígena que estava causando estes conflitos entre colonos e religiosos, mas sobretudo a questão da terra<sup>21</sup>. Para amenizar esta situação em 23 de novembro de 1700, Portugal criou o alvará que fixou essa população indígena sobrevivente da Guerra e atrelou-os ao convívios dos padres, o rei determinou para cada missão de aldeamento 1 légua quadrada de terra (36 km<sup>2</sup>) dessa forma estava assegurada as terras das missões<sup>22</sup>. Verificamos que a metrópole deu mais atenção aos anseios dos missionários, já a partir de 1700, quando a Guerra dos Bárbaros apresentou sinais de esgotamento e ocorria paralelamente a isso uma diminuição da população indígena em decorrência do genocídio infringido pelos colonizadores, que se tornou um problema muito sério e que deveria ser atenuado.

O terço dos paulistas do mestre de campo Moraes Navarro foi responsável pela defesa da área. Este deteve os guerreiros índios na altura de Ferreiro torto, restando aos

---

<sup>19</sup> PIRES, Maria Idalina da Cruz. *Op.cit.* p.98.

<sup>20</sup> PORTO, Maria Emília Monteiro. *Op. cit.* p.92.

<sup>21</sup> PIRES, Maria Idalina Cruz. *Op.cit.* p.99.

<sup>22</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*.p.73.

indígenas a fuga para os sertões do Ceará e da Paraíba. O massacre de 1699, ou seja, um ano antes da publicação da lei que regulamentava as terras dos índios feito por Morais Navarro na aldeia dos paiacu, foi o acontecimento que provocou a mudança de atitude por parte do Estado. Este massacre, que ocorreu já no final do conflito, envolveu missionários, paulistas, sesmeiros e moradores, gerou conflitos entre eles e exigiu um posicionamento do Estado com relação às ações de Navarro, já que as terras estavam asseguradas. Isso fez com que a Igreja denunciasse também as atrocidades de Navarro ao rei e o tomasse como principal opositor, Navarro, porém, rebateu as acusações, pois sabia do poder que a Igreja tinha naquele período e preocupou-se com as repercussões da acusação do padre João da Costa em relação ao seu procedimento junto aos paiacu. O paulista denuncia o padre dizendo que o mesmo não tinha o zelo necessário ao serviço de Deus, mas sim prevalecia seus próprios interesses<sup>23</sup>. Navarro tentou argumentar com essa denúncia que os missionários, entre eles, o padre João da Costa compactuaram com suas ações contra os índios, e se beneficiaram com o massacre. Mas suas insinuações reverteram contra si, e acarretaram a sua excomunhão pelo bispo de Pernambuco.

Ainda durante o período de atuação do paulista Navarro na "Guerra dos Bárbaros", podemos verificar novos conflitos, agora entre os colonos, mais especificamente entre o capitão-mor Bernardo Vieira de Melo, e o mestre-de-campo Moraes Navarro. Estas rixas entre eles demonstraram muito mais do que uma disputa pessoal pelo comando da guerra, mas sim uma disputa pela posse da terra e da mão-de-obra indígena, de um lado os paulistas e do outro os sesmeiros<sup>24</sup>. É nessa figura que mais se encaixa Bernardo Vieira, sesmeiro, pois se destacou como uma das figuras de prestígio da sociedade colonial, prestou muitos serviços ao governo e por isso recebeu o título de governador e capitão-mor do Rio Grande do Norte; lutou contra os índios sublevados, aumentou as rendas da fazenda real e fundou o Arraial do Açú. Exercendo a função de capitão-mor por um tempo prolongado, Bernardo Vieira de Melo fez oposição cerrada a Navarro logo quando soube de sua chegada a região do Açú, temendo a concorrência em torno do comando de guerra, da posse da terra e da mão-de-obra indígena. Durante todo o período de atuação de Navarro na guerra contra os índios no Rio Grande, Bernardo Vieira interviu contra esse paulista de todas as formas possíveis e usando sempre de seu prestígio para com as autoridades.

<sup>23</sup> MEDEIROS, Olavo de. *Índios do Açú e do Seridó*.

<sup>24</sup> PUNTONI, Pedro. *Op.cit.* p.88.

Bernardo Vieira, como capitão-mor, dificultou o fornecimento de mantimentos e recursos do terço de Navarro, instigou os moradores da região a se rebelarem contra ele e fez aliança com os que eram oposição a ele. Navarro, entretanto, se defendeu como pôde das acusações e oposições, frisando sempre que Bernardo Vieira não é o que aparentava ser: "um bom vassalo", visto que cometia várias infrações. O governo, por sua vez, se preocupava com essa rivalidade e pediu por diversas vezes que eles acabassem com as rixas pessoais e partissem para o objetivo principal: acabar com a Guerra. Por isso, provavelmente devido a essa ausência de um único comando por parte dos colonizadores, tenha ocorrido o prolongamento da Guerra dos Bárbaros<sup>25</sup>.

O conflito mais ferrenho se deu entre os colonos e sesmeiros, pois os sesmeiros na condição de terem participado na guerra diretamente, se sentiam no direito de adquirir mais terras e sesmarias, daí resultou que passam a explorar o trabalho dos moradores da região do Rio Grande e os conflitos recomeçam. O governo intervém na concessão de terras e limita através das cortes régias. Entretanto, os moradores sentem-se injustiçados já que a lei só reconhecia a figura do sesmeiro. Eles haviam resistido às precárias condições da ocupação da terra e vivido os perigos lutando contra os tapuias e começaram a reclamar da exploração de que foram vítimas, pois a intenção dos sesmeiros era expulsá-los daquelas terras cobrando foros e rendas<sup>26</sup>.

A partir destes exemplos de conflitos entre os agentes da colonização que atuaram no sertão do Nordeste, verificamos uma sociedade complexa com constantes deformações em seu esquema de organização, pois ao mesmo tempo verificamos uma unidade dos grupos sociais no combate aos tapuias rebelados na conjuntura da Guerra dos Bárbaros. Podemos identificar assim, uma disputa permanente entre eles pela posse da terra e a utilização da mão-de-obra indígena.

---

<sup>25</sup> PIRES, Maria Idalina Cruz. *Op.cit.* p.106.

<sup>26</sup> MEDEIROS, Tarcísio. *Bernardo Vieira de Melo e a guerra dos bárbaros.*

### III - A RESISTÊNCIA INDÍGENA NO NORDESTE E NO RIO GRANDE

A rebelião dos tapuias foi uma luta entre colonos e indígenas que durou cerca de vinte anos e trouxe conseqüências irreparáveis aos indígenas além da apropriação das terras pertencentes aos indígenas. Ela teve como cenário uma área que corresponde atualmente aos sertões nordestinos que vai desde a Bahia até o Maranhão, atingindo as áreas das capitanias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas<sup>27</sup>.

Os principais centros de resistência foram os sertões de Rodelas em Pernambuco, a Paraíba, a ribeira do Jaguaribe no Ceará e a ribeira do Açú no Rio Grande do Norte. Esta guerra foi a mais longa da resistência indígena do Brasil, se arrastou por longos vinte anos, desde a segunda metade do século XVII até a segunda década do século seguinte, quando estes índios foram mortos, escravizados e reduzidos a missões, sendo que, em meados de 1700 foi mais branda.

As causas imediatas dessa guerra são atribuídas às tentativas da população indígena de impedir o avanço dos portugueses nos sertões do nordeste. Esse avanço se tornou mais agressivo a partir do final do século XVII, sendo importante inserirmos o conflito no contexto dos quase três séculos de contatos entre os índios e os colonizadores nessa região.

Na fase inicial ou fase de reconhecimento, quando os portugueses ainda não haviam transformado a descoberta em uma empresa mercantil com base na terra e na montagem da agroindústria do açúcar, existia uma relativa coexistência pacífica. Atesta isso a Carta de Pero Vaz de Caminha, relatando ao rei as "gentes de cor parda" que habitavam o litoral do Brasil.

Durante o período da extração do pau-brasil, esta coexistência pacífica entre o colonizador e o índio se tornou essencial para o sucesso desse empreendimento comercial. Através de um sistema de trocas, ou seja, o escambo, os nativos trocavam por diversas vezes o seu trabalho por instrumentos e objetos pessoais que eram oferecidos pelo colono. Enfim, permutaram-se presentes buscando-se um entendimento. Esta coexistência é explicada devido ao fato de que a extração do pau-brasil poderia ser encaixada, pelo menos no início, nos padrões sócio-culturais das comunidades indígenas. Entretanto, esta situação

---

<sup>27</sup> Ver anexo 1.

sofreu mudanças quando a atividade de extração foi substituída pela implantação de uma economia complementar de exportação, que fomentou um processo de extermínio cujas principais características eram: escravidão, servilismo e desaculturação. Nesse ponto, a "Guerra dos Bárbaros" é vista como o mais dramático de uma série de episódios que resultaria na eliminação da população indígena na região Nordeste.

Já em 1530, com a primeira expedição colonizadora que era chefiada por Martim Afonso de Souza, a meta primordial era livrar a costa brasileira dos navios franceses e estabelecer as bases para a produção do açúcar. Na montagem da manufatura do açúcar, o escambo vai ser substituído pela escravidão para assegurar a mão-de-obra para o plantio e beneficiamento da cana. Nesse mesmo ano ocorre a primeira grande luta armada entre os tupis e portugueses na capitania de Pernambuco, marcando o início dos confrontos. Essa luta resultou na vila de Igarassú, a mais antiga cidade do Brasil.

A partir daí, os confrontos e conflitos entre os brancos e os índios não mais cessaram e os assaltos e investidas passaram a ser constantes e longos. Isto porque os indígenas perceberam que os portugueses pretendiam, com aparência de amigos, apoderar-se de suas terras e os privar da liberdade.

Com a chegada dos donatários cessaram os contatos pacíficos e começaram as agressões ao indígena. Nos primeiros dois séculos da colonização, os tupi-guarani ou tupinambás que habitavam a orla marítima, foram os primeiros grupos atingidos pela ocupação dos portugueses. Nesta época travam-se várias lutas contra essas comunidades indígenas as quais tentavam desesperadamente barrar a penetração cada vez maior do colonizador. Vale salientar que as terras do litoral eram as mais valorizadas por estes últimos, pois nesta região se praticavam a mais rentável atividade da economia colonial: a empresa açucareira. A ocupação territorial se fazia de maneira cada vez mais veloz, regada ao extermínio das tribos que representavam uma barreira a efetivação do processo. São exemplos das principais tribos tupi-guarani que entraram em conflito com europeus na costa brasileira nos séculos XVI e XVII; os kaeté; os tabajara; os amoipeia e os potiguara.

Não se pode precisar com exatidão o início da Guerra, pois a documentação diverge a respeito. Entretanto, o primeiro registro de conflitos data da expulsão dos holandeses, quando há uma maior penetração do colonizador no sertão.

A ordem régia assinada por D. João IV em 29 de abril de 1654, concedeu sesmarias aos soldados e oficiais que tinham lutado durante a guerra de Restauração e deu maior impulso ao povoamento nas áreas sertanejas. Já no mesmo ano, D. João IV assina

um alvará concedendo a João Fernandes Vieira, comandante da guerra dos luso-brasileiros contra os flamengos, sesmarias que se localizavam no sertão de Pernambuco; nas décadas subsequentes recebeu outras, não só em Pernambuco como também no Rio Grande do Norte e Paraíba.

Nos anos de 1655-1657, João Fernandes Vieira governou a Paraíba e cometeu uma série de maldades aos índios janduí. Já por causa dessas agressões, as quais sofreram os janduí, estes são o primeiro grupo a se pôr em pé de guerra contra os colonizadores. Assim, começam os primeiros conflitos entre os indígenas e colonizadores, que se agravam com as doações das sesmarias. Na década de 70, encontramos outros focos de rebelião indígena nos sertões de Rodelas em Pernambuco. Comandadas pelos Kariri, os tapuias entraram em confronto armado durante três anos contra os portugueses.

Sucessivamente, ocorreram novos conflitos no território do Piauí; Francisco Dias de Ávila e Domingos Afonso Mafrense, receberam terras na região doadas pelo governador Fernão Coutinho. No tocante à primazia da conquista das terras piauienses, o assunto é polêmico e não iremos entrar em detalhe.

As hostilidades entre os indígenas e os colonizadores vão se acirrar na década de oitenta, devido à atividade criatória e conseqüentemente ao aumento populacional, principalmente na ribeira do Açu no Rio Grande do Norte. O povoamento se fazia de forma cada vez mais rápida. A partir de 1676 aparecem na região as primeiras doações de sesmarias. Logo em seguida às concessões, irrompem os maiores levantes indígenas, fazendo dessa região a mais importante em termos de conflito armado.

A invasão do território indígena pelos colonos tinha como objetivo não só expandir a criação de gado, mas também evitar o comércio dos índios com os contrabandistas os quais conseguiam-lhes armas de fogo. Assim, na ribeira do Açu, segundo carta datada de 06 de fevereiro de 1688, o governador relata:

"Cinco anos há que essa guerra começou e uma que é tão áspera e viva como V. mercê vê e dá muito que cuidar trazerem os bárbaros armas de fogo e não lhes falta pólvora, quando eles a não fabricam. Vossa Mercê com todo o silêncio examine donde lhe vem e quem lhe dá e com o mesmo segredo e clareza que esta matéria pede, me avise".<sup>28</sup>



<sup>28</sup> STUDART FILHO, Carlos. Resistência dos indígenas: a conquista e povoamento da terra; a guerra dos bárbaros.p.63.

Pouco sabemos dessa luta no Rio Grande do Norte nos seus primeiros anos, entretanto, no final da década de oitenta, ou seja, a partir de 1687, quando o conflito tomou proporções mais gigantescas e graves para os colonos, começam os documentos a serem mais freqüentes abordando esta questão, principalmente os estragos feitos pelos índios e somado a isso, o fato de que, nesse período, aumentam consideravelmente as doações de sesmarias.

O sinal denunciador da reação generalizada dos indígenas foi a realização por volta de 1670, da Confederação dos Cariris, semelhante a que fizeram os tamoios no século XVI e diferente no modo de como procediam nos conflitos os índios, sabendo que na dos tamoios não houve uma unidade política dos indígenas, não participando os chefes. Na Confederação dos cariris, participaram representantes indígenas do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas. Antes dessa grande reunião os índios já vinham sendo enxotados de suas terras, principalmente os que viviam na margem baiana do São Francisco, à direita, e esta área foi varrida de índios e os brancos atravessaram o rio procurando rechaçar cada vez mais para o norte os índios daquela região<sup>29</sup>.

Os indígenas, ameaçados por todos os lados e originalmente os verdadeiros donos do sertão, tentavam conter as invasões promovidas pelos colonos, os quais utilizavam armas e munições contra os índios. Vale salientar que um dos motivos principais que fizeram com que o indígena se rebelasse contra os colonos foi principalmente a criação de gado no Seridó. Além disso, quando já se apresentava bem promissora a criação extensiva dos rebanhos bovino e cavalariço naquele sertão, irrompeu um intenso movimento de reação à presença dos fazendeiros<sup>30</sup>.

À medida que a ocupação deste colono adentrava, atiçava ainda mais a ira e a revolta dos indígenas que não viam com bons olhos a ocupação do interior. Eles certamente sabiam que a presença do branco colonizador se expandiria cada vez mais e que os mesmos, escudados e protegidos por suas armas de fogo, teriam chances de avançar progressivamente sobre suas terras, e esse avanço progressivo, iria implicar em mais mortes e escravização, decorrendo disso mais conflitos e ataques periódicos dos indígenas em várias capitânicas.

Só após trinta anos de guerra foi que chegaram os reforços da Paraíba e do Ceará, mas não conseguiram nada e intensificaram ainda mais a resistência. Entretanto, os

---

<sup>29</sup> TAUNAY, Affonso de E. *A guerra dos bárbaros*.p.255-256.

índios só foram definitivamente dominados a partir do momento em que as bandeiras paulistas atuaram com mais energia. Com suas armas prontas contra os ataques indígenas trouxeram a dominação definitiva do índio.

A Guerra dos Bárbaros iniciou-se na capitania do Rio Grande durante o governo de Pascoal Gonçalves, em 23 de fevereiro de 1687, e foi o acontecimento de maior importância na capitania durante os últimos anos do século XVII. A causa principal da Guerra foi a necessidade de mão-de-obra para a cultura agrícola aliada à falta dos recursos para a compra do negro da África; assim, os colonos capturavam o índio para satisfazer essa função.

Salientando que a legislação era contra a escravidão, apenas permitia a escravização do índio aprisionado em Guerra Justa, ou seja, utilizando este artifício, os colonos começavam uma grande guerra contra uma tribo, justificando-a como indispensável para a defesa e disposta a rebater e diminuir a ousadia do índio, esperando assim que o governo a reconhecesse como justa<sup>31</sup>.

No contexto do desenvolvimento sócio-econômico da capitania do Rio Grande e de todo o Nordeste, agravou-se mais ainda a situação do índio e principalmente os do interior chamados tapuias. Um dos pressupostos mais comentados sobre a Guerra dos Bárbaros foi sem dúvida a causa econômica, principalmente o crescimento acelerado da criação de gado que estava cada vez mais se expandindo para o interior, sempre à procura de pastos e currais para o gado. Nesse expansionismo para o interior, quem mais foi prejudicado foi o indígena, que via ser invadido o seu espaço e eram empurrados cada vez mais para outras localizações. A cobiça pela posse das terras indígenas, além da prepotência e dos maus tratos dos colonizadores, foi causa para que se desse início ao conflito armado, que gradativamente iria torna-se mais constante e violento.

Na região do Açu, onde havia uma passividade entre os índios e os colonos, a paz foi interrompida quando o desentendimento resultou em um assassinato de um dos principais líderes da tribo. Iniciando-se assim o levante indígena, os índios revoltados degolaram todos os vaqueiros daquela região e tomaram suas armas e gado.

Para atender aos interesses dos colonos e garantir a segurança dos sertões, as autoridades locais procuravam formar várias companhias de terço chefiadas sempre por um

---

<sup>30</sup> MEDEIROS, Olavo de. *O terço dos paulistas do mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro e a guerra dos bárbaros*. p.120.

mestre-de-campo que comandava alguns capitães de infantaria e certa quantidade de índios armados, retirados das aldeias missionárias. Era também comum nesses terços a participação de criminosos e degradados, pois os mesmos recebiam o perdão do crime se fossem lutar contra os bárbaros<sup>32</sup>.

O fato de nessa guerra serem utilizados índios, degradados, criminosos e até negros como principais combatentes nestas companhias, revelou-se a dificuldade da população portuguesa em arregimentar tropas de infantaria, devido principalmente à pouca densidade populacional desta região e ao despreparo, por parte dos colonizadores, para aquele tipo de luta. Devido talvez a isso a guerra foi tão prolongada; só mais tarde é que viriam os paulistas, os quais possuíam muito mais experiência nessa luta.

A situação dos sertões se tornou cada vez mais dramática para os colonizadores, devido às forças de repressão até aquele momento terem se demonstrado incapazes de conter os ataques dos índios, os quais utilizavam a emboscada como principal tática de luta armada. Olavo de Medeiros, citando Manoel de Abreu Soares, narra uma dessas armadilhas sofridas na ribeira do Açu por parte desses indígenas, os quais mataram dez ou doze homens e despiram-nos, despojando-os e levando-lhes as armas sem ninguém os livrar nem socorrer, pois segundo ele, a guerra dos bárbaros é de ciladas e assaltos e tão rápida como um raio que passa<sup>33</sup>.

Em resposta aos conflitos as autoridades se prepararam para um guerra ofensiva e sem misericórdia e em uma carta de 14 de março de 1688, Mathias da Cunha, governador geral do Brasil, ordena que se levantem as armas contra os bárbaros para degolá-los e perseguí-los até sua extinção<sup>34</sup>.

Para que a guerra tivesse sucesso, as autoridades ofereceram muitos privilégios aos soldados e participantes, dentre outros, a concessão de terras e títulos de nobreza. Devido a esses privilégios foram cometidos vários crimes contra os indígenas. Com o consentimento das autoridades e da metrópole foram enviadas várias cartas para os comandantes da Guerra no intuito de exterminar os indígenas.

---

<sup>31</sup> Sobre a guerra justa ver: PUNTONI, Pedro, *A guerra dos bárbaros, Resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial*; e PIRES, Maria Idalina da Cruz. *Guerra dos bárbaros, resistência indígena e conflitos no nordeste colonial*.

<sup>32</sup> PIRES, Maria Idalina da Cruz. *Guerra dos bárbaros, resistência indígena e conflitos no nordeste colonial*. p.61.

<sup>33</sup> MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e do Seridó*. p.118.

<sup>34</sup> PIRES, Maria Idalina da Cruz. *Op. cit.* P. 62

A guerra para o colonizador assumiu proporções perigosas e de total desastre. Em carta datada de 23 de fevereiro de 1687 da Câmara de Natal dirigida ao governador de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior relatava que só na região do Açú os tapuia já haviam matado mais de cem pessoas e destruíram o gado e as lavouras e os portugueses já haviam perdido a região para os indígenas e que estes já não possuíam mais recursos para lutar contra os indígenas.

Preocupado com a necessidade de reforçar a defesa da área, em setembro do mesmo ano o governador de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, a pedido do governador geral do Brasil, Mathias da Cunha, enviou para a capitania do Rio Grande duas companhias de terço comandadas por Camarão e Henrique Dias. O governador escreveu ao capitão-mor da Paraíba, Amaro Velho, para prestar socorro nesta expedição. Com o mesmo objetivo partiu o terço comandado pelo coronel Antônio de Albuquerque da Câmara.

Um indicador de que a Guerra dos Bárbaros adquiriu uma severidade nunca vista num conflito colonial, foi que além dos terços formados no intuito de prestar socorro aos moradores, se pediu o auxílio do paulista Domingos Jorge Velho que se encontrava nos Palmares fazendo guerra aos quilombos em 1687.

Ele já havia assinado contrato com o governador de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior para a extinção do quilombo dos Palmares, e no mesmo ano é solicitado para participar da Guerra dos Bárbaros. O governador geral do Brasil, Mathias da Cunha, ordenou-lhe que se apressasse em marchar para o sertão.

Domingos Jorge Velho que era sertanista e conhecedor dos perigos do sertão e também das táticas de lutas usadas pelos nativos, foi contratado para dar um ponto final a este conflito. Iniciou-se assim a fase do Bandeirismo, ou seja, do sertanismo de contrato, a segunda fase da Guerra dos Bárbaros, onde prevalecerá as armas dos bandeirantes que eram contratados pelas autoridades e fazendeiros para sufocar rebeliões negras e indígenas devido principalmente a sua fama de excelentes militares, astuciosos, tenazes, rústicos e selvagens.

Acrescentando o fato de que os repetidos fracassos das expedições locais, convenceram as autoridades de que somente os paulistas poderiam deter a resistência indígena, em setembro de 1688. Mathias da Cunha recebeu notícias da derrota do coronel Antônio de Albuquerque e o capitão de infantaria André Pinto, fazendo com que ele formasse conceitos desfavoráveis chamando-os de fracos e covardes, e na mesma carta, o

governador felicita-se com Domingos Jorge Velho pela vitória que obteve no Rio Grande do Norte. Vemos que a contratação do terço de paulistas foi na esperança de finalizar e extinguir os bárbaros.

A partir do momento em que o governo legalizou o cativo indígena ele assegurou a permanência dos paulistas na Guerra dos Bárbaros, e ao mesmo tempo deu consentimento para uma infinidade de atrocidades contra os indígenas, sempre justificadas pela Guerra Justa<sup>35</sup>.

Os atos de selvageria cometidas pelos paulistas impressionaram as próprias autoridades sobre Domingos Jorge Velho o bispo de Pernambuco D. Francisco de Lima, escreveu ao rei emitindo o conceito de bárbaro:

"este homem é um dos maiores selvagens com quem tenho topado: quando se avistou comigo trouxe consigo língua (isto é, interprete), porque nem falar sabe, nem se diferencia do mais bárbaro tapuia mais que em dizer que é cristão".<sup>36</sup>

Ainda em 1688 os índios continuavam a ganhar a guerra, mesmo com o bom êxito de Domingos Jorge Velho e os terços que lutavam ao seu lado e já se estendia desde o Rio Grande do Norte até o Piauí.

Devido às grandes deserções dos terços locais, o governo regional conclama ao governador geral do Brasil e em carta enviada ao governador de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, resolveu reunir sob o comando do paulista Mathias Cardoso de Almeida, os terços de Domingos Jorge Velho e André Pinto.

Inicialmente, em 1690, Matias Cardoso de Almeida instala-se no sertão do Jaguaribe, mas a pedido do capitão Agostinho César mudou seu arraial para o Açu, em novembro do ano seguinte travou numerosos combates contra os tapuia da região.

Verifica-se assim que a presença combativa dos terços na guerra contra os "bárbaros", além de ser incentivada pelo governo, tinha um intuito de eliminá-los e permitir o processo de ocupação do território pelos colonos<sup>37</sup>.

Mas a Guerra parecia dar seus primeiros sinais de desfecho. Provavelmente em decorrência da ação dos paulistas contra os bárbaros muitas tribos haviam sido chacinadas, e outras desgastadas com a guerra, já demonstravam cansaço da luta, mas algumas tribos

<sup>35</sup> PUNTONI, Pedro. *Op cit.* P.48

<sup>36</sup> PIRES, Maria Idalina da Cruz. *Op cit.* Apud: SIQUEIRA, Nelson Barbalho de. *Cronologia pernambucana*. p.67

<sup>37</sup> PUNTONI, Pedro. *Op cit.* p.60.

continuavam sem nenhuma chance de acabar com a guerra, pois continuavam matando o gado e os soldados. Além disso, a falta de recursos contribuiu visivelmente para o prolongamento da guerra.

A guerra dos bárbaros já dava sinais de finalizar-se. Os indígenas, sentindo-se derrotados diante do poderio dos colonizadores, decidem firmar e acatar ao "tratado de paz" assinado pelo rei de Portugal e o chefe Canindé dessa tribo. Por esse tratado firmado em 1692, os índios janduí estavam aliados e cerca de 12 a 13 mil índios prometeram 5 mil guerreiros para lutar com os portugueses contra estrangeiros ou tribos hostis; estes recebiam a garantia de uma área de 10 léguas quadradas ao redor de suas aldeias; eles seriam considerados livres, mas entretanto teriam de fornecer uma porcentagem de trabalhadores para as fazendas de gado. Juntamente aos janduí juntavam-se por pressão dos próprios portugueses subgrupos dos kariri, como os jeôs e paiacu<sup>38</sup>.

Entretanto, esse acordo formal de paz não foi cumprido pelos colonizadores, pois continuaram sendo formadas nesse período companhias de terço para combaterem os tapuia<sup>39</sup>.

No ano de 1693, os Jeó e kariri os quais estavam aldeados, atacavam muitas fazendas de gado e mataram alguns brancos ainda revoltados. Os janduí e paiacu se juntaram a outras tribos e retornaram ao combate. No Rio Grande do Norte a resistência indígena já estava bem enfraquecida e sofreu um golpe severo com a chegada do paulista Manoel Álvares de Moraes Navarro, que desde 1693 oferecia seus préstimos a guerra<sup>40</sup>.

Navarro, em 1699, instiga discórdias e guerra entre as tribos inimigas; fez isso entre os índios janduí e paiacu no intuito de adquirir escravos índios dos derrotados. Suas reais intenções eram não só os cativar mas também tomar suas terras. Sob o pretexto de que estariam em guerra<sup>41</sup> já no regresso de sua expedição, Navarro combateu ainda mais alguns grupos indígenas no Apodi. Retornando para a região do Açú, solicitou mantimentos e munição e ficou nesta região até 1700, época em que foi preso e seu terço dissolvido, retornando alguns anos depois para combater os índios rebeldes.

Os indígenas nessa fase da guerra ainda continuavam utilizando-se dos assaltos, embora estes fossem bem esporádicos. Estes assaltos continuaram a perturbar os moradores da capitania do Rio Grande. No ano de 1704, ocorreram dois ataques dos paiacu

<sup>38</sup> RIBEIRO, Berta Gleizer. O índio na história do Brasil. p.66

<sup>39</sup> TAUNAY, Affonso de E. A guerra dos bárbaros. p.132.

<sup>40</sup> MEDEIROS, Tarcísio de. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*.

<sup>41</sup> LEMOS, Vicente. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*. p.76

no fortim de São Francisco Xavier. Vê-se que o elemento surpresa ainda assustava o português e o colocava indefeso diante deste fato<sup>42</sup>, mas a repressão do colonizador fez cessar logo estes assaltos e chegou a diminuir de forma sensível o contingente da população indígena.

As hostilidades dos indígenas na Guerra dos Bárbaros continuou mesmo com a repressão dos colonizadores, e em 1720, têm-se um dos últimos motins, reprimidos por Morais Navarro. Não se pode precisar com exatidão a data do término desta guerra, mas a partir de 1720 não existem mais registros de qualquer conflito envolvendo brancos e índios. Os principais indícios de que a guerra havia chegado ao fim, foram a diminuição da população indígena e o seu aldeamento em massa.

Essas nações indígenas se valeram da resistência no afã de defender as suas terras, a sua liberdade; a sua cultura e a sua vida. Nesta história nem sempre existem vitórias, entretanto, existe coragem, dignidade e inteligência por parte dos índios. É preciso ter em mente que o chamado descobrimento significou o início de um processo de conquista territorial ignorando o fato da existência de habitantes legítimos, processo este que continua até os nossos dias, apesar dos cinco séculos transcorridos, mas o notável é a incrível capacidade de resistência dos índios, que insistiram em continuar vivos, tentando manter suas identidades étnicas, suas crenças e seus valores.

Os índios resistiram de várias maneiras a invasão de seus territórios, às tentativas de escraviza-los, e a destruição de suas culturas. A boa acolhida que os indígenas deram aos portugueses logo se modificou com o início do processo de expansão territorial.

A primeira forma de resistência foi a luta, a guerra contra os invasores. É o próprio frei Vicente de Salvador que nos informa que na capitania de Pernambuco, D. Duarte Coelho não pôde socorrer o seu capitão Afonso Gonçalves que acabou sendo morto pelos índios quando estes atacaram a vila de São Cosme e Damião. O mesmo ocorreu na capitania da Bahia, D. Francisco Pereira Coutinho, contra o qual os gentios lhe fizeram guerra por espaço de sete a oito anos, de maneira que foram forçadas a embarcarem em caravelões e partiram para a capitania de Ilhéus. A situação em Ilhéus não era diferente, as terras doadas a D. Jorge Figueiredo Correa não prosperavam por causa dos "selvagens", que com seus assaltos cruéis fizeram despovoar os engenhos e se hoje estão já de paz,

---

<sup>42</sup> PIRES, Maria Idalina da Cruz. *Op cit.*p. 77.

ficaram os homens tão desbaratados de escravos e mais fábricas que se contentavam em plantar mantimentos para comer<sup>43</sup>.

Muitas vezes utilizaram-se da política napoleônica de dividir o inimigo para vencer, mesmo que para isso fosse necessário fazer alianças e aproveitando-se das divisões dos brancos, assim como aconteceu no Rio de Janeiro, quando ora se uniam aos franceses para lutar contra os portugueses, ora se uniam aos portugueses para lutar contra os franceses. O mesmo aconteceu no Nordeste com relação a disputa entre portugueses e holandeses, mas contudo não proporcionou grandes resultados pois os índios continuavam perdendo as suas terras.

No Nordeste como se sabe, predominou a estratégia da invisibilidade. Alguns grupos continuavam sobrevivendo confundindo-se com os brancos para somente em épocas mais seguras reivindicarem sua identidade indígena e a revitalização de seus aspectos culturais. O risco desta estratégia consistiu, porém, em uma grande perda cultural, possibilitando o desaparecimento de aspectos importantes de diversas sociedades<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> SALVADOR, Frei Vicente de. *História do Brasil (1500-1627)*. p.111

## CONCLUSÃO

Ao longo do último quartel do século XVII, o sertão pecuário nordestino se tornou palco de um dos mais duradouros conflitos entre indígenas e europeus. Essa luta, conhecida como a "guerra dos bárbaros" teve como centro a disputa pela posse da terra: os colonizadores desejavam remover os habitantes indígenas da região para povoar de gado, enquanto estes buscavam defender-se dos invasores.

Como vimos, a ocupação econômica deste território só foi possível graças ao avanço da fronteira pastoril que se estendeu sobre todo o interior do Nordeste em menos de dois séculos, e sob este ponto de vista as tribos rebeldes representaram o maior obstáculo à expansão da pecuária, pois retardaram o processo de conquista da terra pelos colonos. A resistência indígena na região do Nordeste foi muito ferrenha aos colonizadores europeus. Os tapuia desenvolveram uma forma de luta quase singular na história da resistência indígena no Brasil. Utilizando-se de assaltos e emboscadas aos terços, fazendas de gado, etc., eles desmobilizaram no início do conflito as forças monárquicas de repressão.

Apesar dessas tribos indígenas terem um passado caracterizado por conflitos internos, o povo tapuia conseguiu através de uma série de alianças alcançar um certo grau de unidade na sua luta contra o colonizador branco. A união de várias tribos as capacitou a enfrentar por mais de meio século a expansão colonizadora. Esta capacidade de unificação é um dos fatores responsáveis pela longa duração do conflito armado desmistificando a idéia de uma colonização passiva para o indígena.

Se por um lado a guerra estendeu-se devido a união entre os índios, o seu desfecho num prazo mais curto também foi dificultado pelas divisões entre os colonos. Para sublevar o ânimo guerreiro dos tapuia foi necessário conseguir o apoio de vários setores sociais. O grupo que teve um papel decisivo e abusivo foi constituído pelos paulistas, representantes do poder monárquico. Eram especializados em chacinas e aprisionamentos de índios e eliminaram de forma brutal centenas de tribos da região.

No Rio Grande do Norte concluímos após essa explicação que mesmo tendo ocorrido a maior resistência indígena do Nordeste, é justamente nesse Estado que notamos um desaparecimento total dos índios: a maior parte foi exterminada ou se juntaram aos brancos aculturando-se e muitos deles fugiram para o Ceará, só existindo hoje grupos de caboclos isolados, quer dizer, mestiços de índios". O que realmente ocorreu foi uma perda

---

<sup>44</sup> LARAIA, Roque de Barros. *500 anos de resistência indígena*. p.18

das características culturais e o desaparecimento da língua falada pelos indígenas, o que sobrou de suas culturas foram as chamadas "pinturas"<sup>45</sup>.

Concluí-se daí o caráter de guerra dos extermínios que os colonizadores promoveram aos tapuia no intuito de assegurar o livre desenvolvimento da pecuária, agravado pelo fato desta atividade não necessitar de muita mão-de-obra.

Durante o conflito armado entre os colonos e os tapuia, novos conflitos surgiram no seio da sociedade sertaneja em processo de formação, resultado da multiplicidade de interesses presentes entre os próprios colonizadores. Os diversos grupos sociais se enfrentaram, buscando cada qual ao seu modo usufruir as principais vantagens que o final do conflito armado poderia proporcionar, as terras que foram conquistadas dos índios, e a utilização da mão-de-obra. Neste sentido, a Guerra dos Bárbaros provocou outra guerra, ou seja, gerou um conflito dentro do conflito: a chamada Guerra Branca.

Em primeiro lugar revelam-se as principais divergências entre missionários e colonos no que diz respeito ao papel desempenhado pelo índio; em segundo lugar crescem na classe de proprietários os interesses particulares de ordem política e econômica. Assim, a guerra estava entrecortada por desentendimentos entre mestres-de-campo e capitães-mores, paulistas e sesmeiros, moradores e paulistas. E isso era fruto da disputa por cargos, utilização da mão-de-obra indígena e pela posse da terra.

Por último, foram também detectados conflitos entre a classe proprietária e a não-proprietária, em torno da posse da terra. Assim, analisamos o contexto histórico da Guerra dos Bárbaros e a sua resistência por parte dos índios, constatamos a coexistência de dois conflitos simultâneos: o primeiro entre os tapuia e os europeus e os demais, e entre os próprios colonizadores.

O Estado português, no intuito de gerenciar esses conflitos e ao mesmo tempo acabar com a resistência indígena, vai demonstrar um comportamento ambíguo quanto aos indígenas, ora estimulando o extermínio das tribos, ora inibindo os excessos que eram cometidos contra eles pelos colonizadores. Quanto ao conflito entre os próprios colonizadores, o Estado mobilizou os diferentes agentes de colonização contra os tapuia. Assim, tentou agradar aos vários grupos em conflito recompensando-os com sesmarias, títulos e cargos. Quando a guerra começou a dar sinais de término e parecendo já assegurada a conquista do território, o Estado passou a exercer um maior controle sobre os

---

<sup>45</sup> CAVIGNAC, Julie. *A Índia roubada: estudo comparativo da história e das representações das populações indígenas do RN*. p.86.

diferentes elementos em conflito, ou seja, uma preferência pelo grupo mais poderoso, os latifundiários, em detrimento dos indígenas que foram completamente dizimados no Rio Grande do Norte.



**BIBLIOGRAFIA**

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800) e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5 ed. Brasília: UNB, 1970.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*.

CAVIGNAC, Julie. *A índia roubada: Estudo comparativo da história e das representações das populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte*. In: *Caderno de História*. Natal: UFRN, jul/dez 1995. v 2, nº 2.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 17 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

FURTADO, Milton Braga. *Síntese da economia brasileira*. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

GOMES, Márcio Pereira. *Os índios e o Brasil: ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência*. Petrópolis: Vozes, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. 8 ed. São Paulo: Difel, 1989.

LARAIA, Roque de Barros. *500 anos de resistência indígena*. In: *Princípios*, Brasília: UNB, jul/dez 1996.

LEMOS, Vicente de. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1912. v.1.

LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 2 ed. Natal: FJA, Brasília: Senado Federal, 1982.

LOPES, Fátima Martins. *A presença missionária na capitania do Rio Grande do Norte*. In: *Caderno de História*. Natal: UFRN, jul/dez 1994, v.1.

MEDEIROS, Tarcísio de. *Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte*. Natal: UFRN, 1973.

\_\_\_\_\_. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte (1701-1822)*. Natal: Cern, 1980.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *O terço dos paulistas e do mestre-de-campo Manuel Álvares de Morais Navarro e a guerra dos bárbaros*. Mossoró: ESAM, 1987. (coleção mossoroense, série B, nº 480)

\_\_\_\_\_. *Os tarairius: Extintos tapuias do nordeste*. Mossoró: ESAM, s/d. (coleção mossoroense, série B, nº 502)

\_\_\_\_\_. *Índios do Açu e Seridó*. Brasília: Senado Federal, 1984.

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: UFRN, 2000.

PAIVA NETO, Francisco Fagundes de. *Guerra indígena do Açu: do avanço da frente pastoril ao repovoamento do sertão do Rio Grande do Norte (1687-1720)*. In: *Caderno de História*. Natal: UFRN, jul/dez, 1994. v 1, nº 1.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. *Guerra dos bárbaros: resistência indígena e conflitos no nordeste colonial*. Recife: CEPE, 1990.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão do nordeste do Brasil (1650-1720)*. Tese de doutorado: São Paulo, 1998.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 39 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

POMBO, Rocha. *História do Rio Grande do Norte*. 5 ed. Natal: Imprensa Nacional, 1955.

RIBEIRO, Berta Gleizer. *O índio na história do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Global, 1984.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil: historiografia das rebeliões*. 5 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

STUDART FILHO, Carlos. *A resistência dos indígenas à conquista e povoamento da terra: páginas de história e pré-história*. Ceará: Instituto do Ceará, 1968.

SALVADOR, Frei Vicente de. *História do Brasil (1500-1627)*. 7. ed. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia, Universidade de São Paulo, 1982.

SANTOS, Paulo Pereira dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte: século XVI ao XX*. Natal: Clima, 1994.

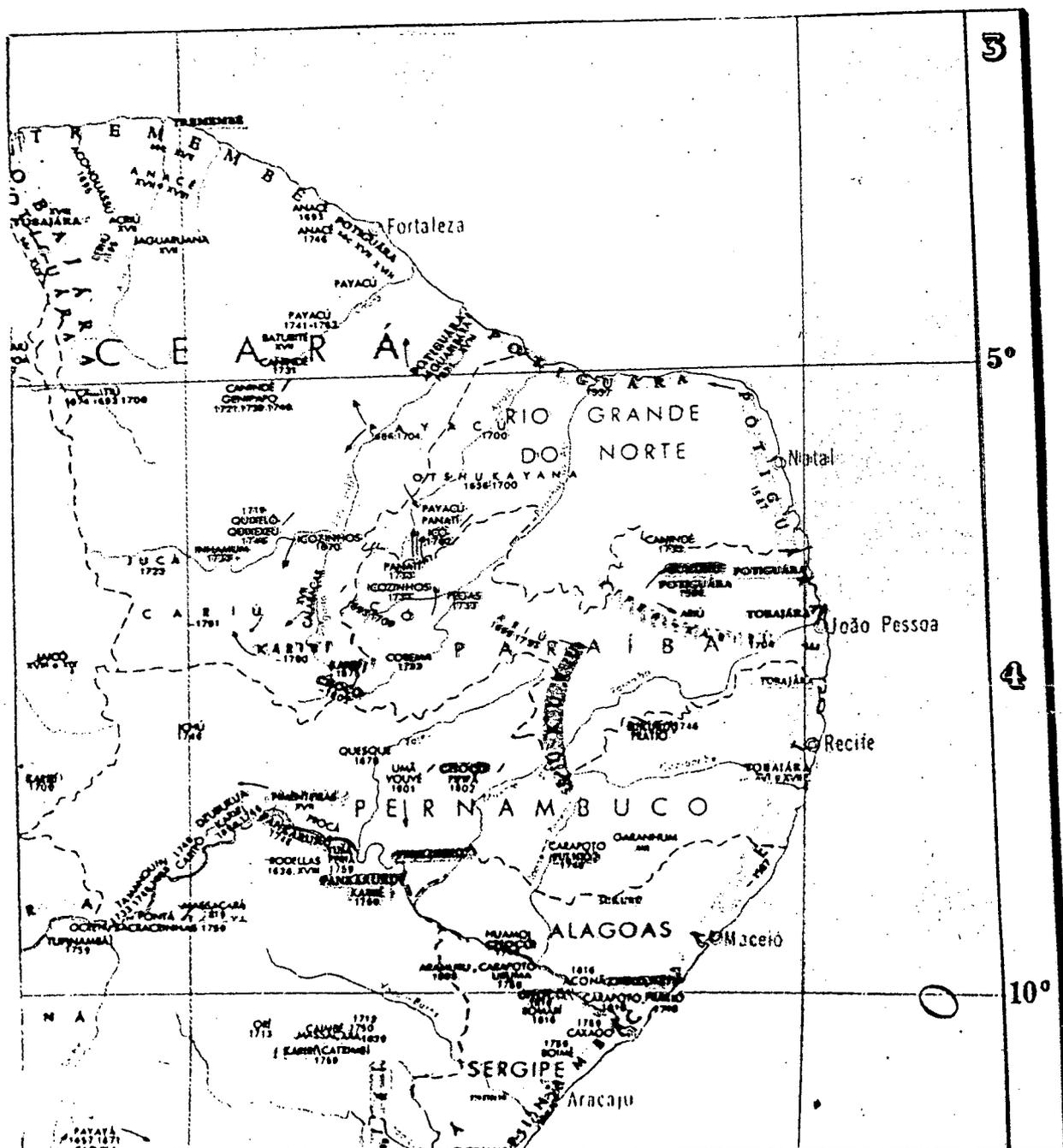
SUASSUNA, Luís Eduardo Brandão. *História do Rio Grande do Norte colonial (1597-1822)*. Natal: Natal, 1997.

TAUNAY, Affonso de E. *A guerra dos bárbaros*. 12 ed. Mossoró: ESAM, 1995 (col. Mossoroense).

**ANEXO**

DETALHE EXTRAÍDO DO MAPA ETNO-HISTÓRICO DE CURT NIMUENDAJÚ, APRESENTANDO AS TRIBOS QUE HABITAVAM OS TERRITÓRIOS DO RIO GRANDE, PARAÍBA E REGIÕES VIZINHAS.

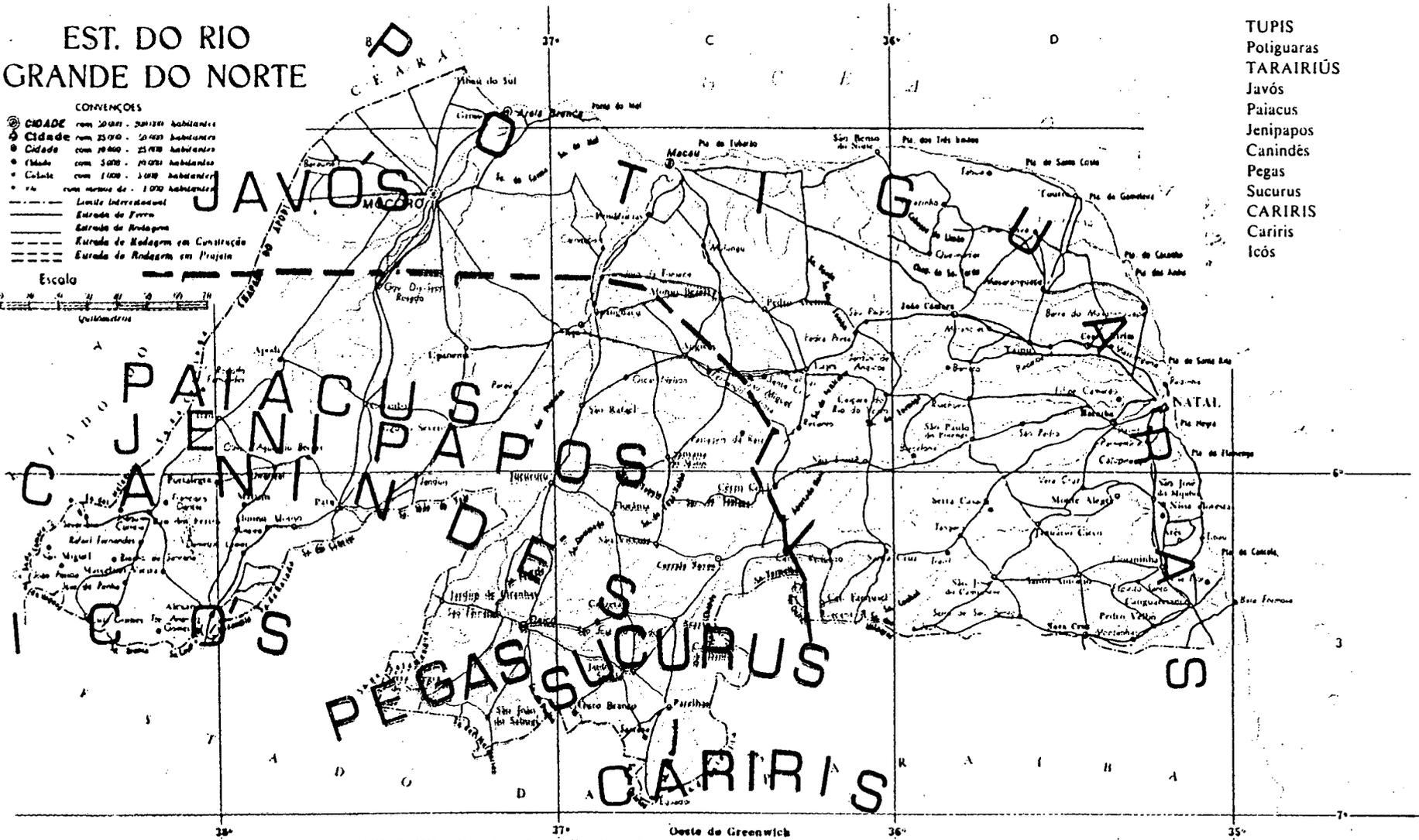
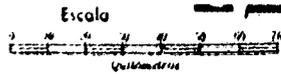
(Rio de Janeiro, IBGE, 1981)



DISTRIBUIÇÃO DAS TRIBOS INDÍGENAS QUE HABITAVAM O TERRITÓRIO NORTE-RIO-GRANDENSE  
BASEADA NOS ESTUDOS DO DR. THOMAZ POMPEU SOBRINHO.

EST. DO RIO  
GRANDE DO NORTE

- CONVENÇÕES
- CIDADE com 50.000 - 200.000 habitantes
  - Cidade com 25.000 - 50.000 habitantes
  - Cidade com 10.000 - 25.000 habitantes
  - Cidade com 5.000 - 10.000 habitantes
  - Cidade com 1.000 - 5.000 habitantes
  - Vila com menos de 1.000 habitantes
  - Limite Intertribal
  - Estrada de Ferro
  - Estrada de Rodagem
  - Estrada de Rodagem em Construção
  - Estrada de Rodagem em Projeto



- TUPIS
- Potiguaras
- TARAIRIÚS
- Javós
- Paiacups
- Jenipapos
- Canindés
- Pegas
- Sucurus
- CARIRIS
- Cariris
- Içós



*ÍNDIO TARAIRIU — Pela distinção conferida ao retratado, pelo pintor neerlandês Albert Eckhout, aquele deveria ter sido o REI JANDUÍ. Na tela, notam-se a prancheta destinada ao arremesso de dardos, bem como a clava, tão bem descritas pelos cronistas holandeses.*

*O nome (tupi) JANDUÍ significa ARANHA-PEQUENA. Por coincidência, nota-se a presença de uma aranha, aos pés do retrato.*



*Mais um detalhe da DANÇA DOS TARAIRIU, de Eckhout, que vem confirmar a descrição daqueles indígenas, feita pelos diversos cronistas holandeses.*



*Detalhe da DANÇA DOS TARAIRIU, de Eckhout. Note-se o penteado descrito pelo cronista Elias Herckman, semelhante a "um bonnet sobre a cabeça".*



*DANÇA DOS TARAIRIU, tela do pintor neerlandês ALBERT ECKHOUT. Compare-se o aspecto físico dos tarairiu com a descrição feita pelos cronistas holandeses. Uma das características observadas é a braquicefalia, muito pronunciada (cabeça-chata), ostentada pelos referidos indígenas.*